



USP adia ensino a distância para 2010

Principal motivo é um impasse entre a universidade e a Secretaria de Ensino Superior sobre o modelo do programa

Professores afirmam que pasta teria todo o controle do curso; secretário diz que projeto foi aprovado por comitê formado por docentes

FÁBIO TAKAHASHI
DA REPORTAGEM LOCAL

Em meio à greve de professores, funcionários e alunos, a USP adiou o início da primeira graduação a distância da universidade, a de licenciatura em ciências. O vestibular seria em agosto, com aulas no mês seguinte, mas deve ficar para 2010. O fim do projeto de cursos a distância é uma das bandeiras dos grevistas —para eles, o modelo não tem a qualidade do ensino presencial.

A **Folha** apurou que o principal motivo do adiamento é um impasse entre a universidade e a Secretaria de Ensino Superior sobre o modelo do projeto. A discordância, dizem professores que participam do programa, ocorre desde antes da paralisação, iniciada em maio.

A USP não divulgou oficialmente o adiamento, mas os docentes foram taxativos ao indicar a impossibilidade de início em 2009. O próprio secretário de Ensino Superior, Carlos Vogt, vê como “improvável” a manutenção do calendário.

A previsão é que o curso seja implementado por meio de convênio, ainda não assinado, dentro da Univesp —que reúne as universidades públicas para oferecer cursos a distância, sob coordenação da secretaria.

A Univesp (Universidade Virtual do Estado de São Paulo) é o principal programa da pasta, criada pelo governador José Serra (PSDB) no início do mandato. Também é um dos projetos mais importantes do

Executivo para qualificar os professores do ensino básico.

O financiamento do curso ficaria a cargo do governo — R\$ 12 milhões por cinco anos, com 360 vagas anuais.

Segundo a **Folha** apurou com docentes do programa, a USP não concorda com o formato exigido pela pasta. Entende-se que há “ingerência” e “interferência” do governo.

A queixa é que o projeto pedagógico teria de ser aprovado pela secretaria, que poderia também usá-lo para oferecer outros cursos. Afirmam também que os dados ficariam hospedados em servidores do governo. Assim, dizem, a secretaria teria todo o controle do curso, que é debatido na universidade desde 2004.

Uma hipótese levantada na USP é que o curso saia da Univesp e apenas seja bancado pelo governo (sem precisar atender os termos do programa). Outra é a própria universidade custeá-lo. Ainda assim, as aulas não começariam neste ano.

Compromissos

O secretário Vogt admite que o calendário inicial não será cumprido. “Na melhor das hipóteses, as aulas poderiam começar no final do ano. Mas teríamos de chegar a um acordo sobre o convênio até o mês que vem, o que não é provável.”

Segundo ele, o curso deve começar no ano quem. “Não há questão substancial que impeça a oferta do curso”, disse Vogt, que não quis detalhar quais são os impasses.

Ele, porém, rebateu as reclamações dos docentes. Diz que o projeto foi aprovado pelo comitê diretivo da Univesp, formado por professores das universidades, inclusive os reitores.

Afirmou também que a pasta não pretende se apoderar do conteúdo e que os dados ficariam no sistema do governo apenas para monitoramento.

Em nota, a reitoria da USP diz que “o curso depende do estabelecimento de convênio com a secretaria, que garanta o financiamento das atividades e infraestrutura necessária, com vistas à qualidade que permeia os cursos na universidade”.

A Unesp, que vai oferecer 5.000 vagas para pedagogia na Univesp, afirma que o projeto está dentro do cronograma e deve começar neste ano.



Alunos que participam de greve na USP jogam bola na Cidade Universitária; hoje os estudantes protestam com os professores

Diretores rebatem colegas que apoiam PM na USP

DA REPORTAGEM LOCAL

Para rebater um manifesto de apoio à permanência da Polícia Militar na USP assinado por 38 dirigentes, outros nove diretores apresentaram ontem à reitora, Suely Vilela, um documento que repudia a presença dos policiais no campus.

Entre os signatários estão os diretores da FFLCH (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas), da Faculdade de Educação e da ECA (Escola de Comunicações e Artes).

O primeiro documento foi assinado pelos diretores da Poli (Escola Politécnica), da Faculdade de Direito, da FAU (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo) e da FEA (Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade), entre outros. Eles consideraram injustificável

a presença da força policial no campus para o cumprimento de ordem judicial.

A reitora solicitou a ação da PM por meio de um pedido judicial de reintegração de posse, para que prédios não fossem obstruídos por grevistas —funcionários de USP, Unicamp e Unesp reivindicam reajuste maior, entre outros pontos.

No dia 9, houve confronto entre policiais e manifestantes, dentro da Cidade Universitária.

Os dois grupos defendem a permanência de Vilela. Na Unicamp, a Adunicamp (associação de docentes) e o STU (sindicato dos trabalhadores) avaliaram que aumentou a adesão de funcionários e professores à greve.

Segundo o sindicato, a adesão de servidores aumentou de 40% para 50% ontem.

Para a direção da Unicamp, apenas 5% dos funcionários e professores aderiram.

Os servidores estão parados há cerca de três semanas. Os professores iniciaram a paralisação na segunda-feira. Os estudantes também estão com as atividades paralisadas.

Na Unesp, os funcionários estão parados em ao menos 11 campi. (FT)

Colaborou a Agência Folha, em Campinas

Protesto hoje reúne alunos e professores

COLABORAÇÃO PARA A FOLHA

Professores, estudantes e funcionários de USP, Unesp e Unicamp prometem fazer hoje o maior ato desde o início da greve de funcionários, em maio.

A manifestação começa ao meio-dia, no Masp, e vai até a Faculdade de Direito da USP, no largo São Francisco (centro de SP). O grupo protestará contra a presença da Polícia Militar no campus da USP. Pode, ainda, a saída da reitora da universidade, Suely Vilela —ela disse à **Folha** que permanecerá no cargo.



Na melhor das hipóteses, as aulas poderiam começar no final do ano. Mas teríamos de chegar a um acordo sobre o convênio até o mês que vem, o que não é provável

CARLOS VOGT
secretário estadual de Ensino Superior